



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional do Registro de Comércio

00-2015/ 2 5 4 2 9 2 - 2

24 jul 2015 10:20

JUCERJA

Guia: 101663898

3330016431-6

Atos: 980

CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

HASH: J150725429225

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 459,00 Pago: 459,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00

ULT. ARQ.: 00002792074 23/07/2015 501

1 - REQUERIMENTO

1.º M. SP. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME **CONCESSIONARIA DE RODOVIA DOS LAGOS S.A**

(na empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. S.ª o deferimento do seguinte ato:

| | |
|---|---|
| JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A Nire: 33.3.0016431-6 Protocolo: 00-2015/254292-2 - 24/07/2015 CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO. ED33000628-7/000 DATA: 27/07/2015 | Bernardo F. S. Berwanger SECRETÁRIO GERAL |
|---|---|

TURA DE DEBENTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 7)

RIO DE JANEIRO
Local
23. 07. 2015
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio.

Nome: **MARIA INES FINNVARO ANICHE**

Assinatura:

Telefone de contato: **021 221-2450**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

SEM DBE

6.º T.

Processo em ordem.
À decisão

Data

NÃO

Uma

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Corintio de A. Pinheiro
Vogal da Junta
MAT. 402-2

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência
(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Junta Comercial
Armando B. Salgado
27 JUL 2015
VOGAL JUCERJA
Matr.: N° 319-4

Data

Presidente da

Turma

Vogal

Palmiro Benedito Padilha
Vogal
ID: 168.557-0

OBSERVAÇÕES:

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF N° 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

Nire: 33300164316

Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102

Arquivamento: ED33000628-000/7

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



2513623

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

Entre

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.
como Emissora

e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário

datado de 23 de julho de 2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



4
of

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

2513624 **CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ-124, Km 22, Bairro Latino Melo, CEP 28.800-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.612.234/0001-52, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de julho de 2015 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 22 de julho de 2015 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da AGE e da RCA

2.1.1.1. As atas da AGE e da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "O Fluminense", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2

JURIDICO
OCR

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolados para arquivamento na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 02 (dois) dias úteis contados de sua assinatura, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCERJA, serem enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário tempestivamente.

2.1.2.2. Esta Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimentos a ser conduzido pelo Coordenador Líder, conforme definido abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"), de modo a especificar a taxa de remuneração dos Juros Remuneratórios, conforme definido abaixo, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária da Emissora e/ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme definido abaixo.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")


2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.1 e 3.6.3 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")




2.1.5.1. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de diretriz específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, até o encerramento da Oferta.

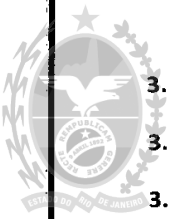
2.1.6. Enquadramento do Projeto

2.1.6.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como prioritário, por meio da Portaria nº 159 expedida pelo Ministério dos Transportes em 16 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2015 ("Portaria").


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7


3





2513626

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da Ligação Viária Rio Bonito – Araruama – São Pedro da Aldeia, abrangendo as Rodovias RJ-124, Trecho Rio Bonito – Araruama, a Paralela à RJ-106, Trecho Araruama – São Pedro da Aldeia e os 4 km da RJ-106, Trecho km 105 até o trevo de São Pedro da Aldeia – km 109, compreendendo os serviços e obras de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, operação, implantação e ampliação, mediante cobrança de pedágio.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário


3.4.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

3.5. Destinação dos Recursos

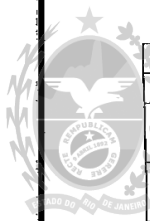
3.5.1. Nos termos da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, serão utilizados exclusivamente para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso relacionadas ao Projeto, desde que ocorridos em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, conforme definido abaixo:

| | |
|----------------------------|---|
| Objetivo do Projeto | (i) alargamento da plataforma da rodovia; (ii) remoção e reimplantação do sistema de drenagem superficial e profunda; (iii) remoção e reimplantação dos elementos de segurança; (iv) adequação das obras de arte especiais e correntes; (v) estruturação e pavimentação de acostamentos; (vi) construção de retornos; (vii) remoção e reimplantação de toda sinalização horizontal, vertical e aérea no sistema rodoviário; e (viii) implantação de dispositivo de segurança para separação de pista por sentido, ao longo de toda a extensão da RJ-124, no Estado do Rio de |
|----------------------------|---|




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513627

| | |
|--|---|
| | Janeiro ("Projeto"). |
| Data do início do Projeto | Setembro de 2013. |
| Data estimada de encerramento do Projeto | Julho de 2015. |
| Fase atual do Projeto | Na presente data, aproximadamente 97% (noventa e sete por cento) do Projeto encontra-se concluído. |
| Volume de recursos necessários para a realização do Projeto | O montante atualizado de recursos relativos ao Projeto é de R\$160.108.276,25. |
| Percentual da Emissão frente às necessidades de recursos do Projeto | Esta Emissão representará aproximadamente 94% (noventa e quatro por cento) dos recursos relativos ao Projeto. |

3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da mesma instrução.

3.6.2. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

li
5
JURIDICO
ECR

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513628

3.7.2. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder para, em conjunto com a Companhia, a definição da taxa de remuneração final dos Juros Remuneratórios, conforme definido abaixo. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará a taxa aplicável às Debêntures, por meio de aditamento a esta Escritura, conforme disposto na Cláusula 2.1.2.2 acima.

3.7.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.7.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.8. Classificação de Risco

3.8.1. A Emissora contratou como a agência de risco de classificação da Oferta a Moody's América Latina Ltda.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

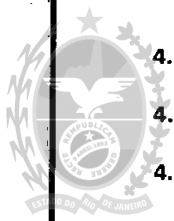
4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

6

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513629

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de julho de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. Em observância ao artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431 e ao artigo 1º da Resolução 3.947 do Conselho Monetário Nacional, o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e o eventual resgate antecipado decorrente de adesão dos Debenturistas à Oferta de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5.1 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.10. Garantia

4.1.10.1. As Debêntures não contam com garantias de qualquer natureza.

4.2. Subscrição

9
af

lf
7
A

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data de início de distribuição das Debêntures, na forma do artigo 7º-A da Instrução CVM 476.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário na data de integralização das Debêntures ("Data de Integralização"), podendo as Debêntures serem colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, desde que aplicados em condições de igualdade a todos os investidores.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário, será atualizado monetariamente, a partir da Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, seja na Data de Vencimento ou antecipadamente, nos termos desta Escritura, o que ocorrer primeiro, de acordo com a fórmula abaixo ("Atualização Monetária"). O produto da Atualização Monetária será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ("Valor Nominal Unitário Atualizado"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

"VNa": Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"VNe": Valor Nominal Unitário Atualizado, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"C": fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{d_{k-1}}{360}} \right]$$

Onde:

"n": número total de número-índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

10
8

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7

11

"NI_k": valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

"NI_{k-1}": valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

"dup": número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

"dut": número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.


Observações:

- A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade;
- O número índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;
- Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures;
- O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento

4.4.2. Se até a data de aniversário das Debêntures, o NI_k não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição ao NI_k na apuração do Fator "C" o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

4.4.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 02 (dois) meses consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo.

li
9
JURIDICO
CCR


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513632

12

4.4.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 2 (dois) meses contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado em sua substituição o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Após o prazo de 02 (dois) meses mencionado acima, caso não tenha sido estabelecida a Taxa Substitutiva pelo Banco Central do Brasil, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura relativas às Debêntures, o último IPCA divulgado oficialmente.

4.4.3.2. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado a qualquer momento, antes da divulgação da Taxa Substitutiva, a Taxa Substitutiva não será mais utilizada para fins desta Escritura, sendo certo que neste caso o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures.

4.5. Juros Remuneratórios

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes à cotação indicativa divulgada pela ANBIMA da taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 15 de maio de 2019 ("NTN-B"), apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma taxa de remuneração de até 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidindo: (i) no caso do primeiro Período de Capitalização, conforme definido abaixo, da Data de Integralização (inclusive) até a data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios (exclusive); e (ii) a partir do segundo Período de Capitalização, conforme definido abaixo, da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente subsequente (exclusive) e assim sucessivamente até a data do efetivo pagamento das Debêntures, seja na Data de Vencimento ou antecipadamente, nos termos desta Escritura, o que ocorrer primeiro, de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas da CETIP para as Debêntures, disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>). Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da taxa de remuneração dos Juros Remuneratórios, desde que respeitado o limite máximo definido nesta Cláusula, ensejará celebração de aditamento a esta Escritura, nos termos da Cláusula 2.1.2.2 acima.

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

"J": valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

10

JURIDICO
CER

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513633

17
"VNa": Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros": fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

Onde:

"Taxa": taxa de juros fixa das Debêntures, a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais, que será inserida na presente Escritura através de aditamento, observado o limite máximo definido na Cláusula 4.5.1.1 acima;

"DP": número de Dias Úteis entre a Data da Integralização ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.5.1.3. Para efeitos da presente Emissão, considera-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento ou a liquidação integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

4.5.2. Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios de cada uma das Debêntures serão pagos em parcelas semestrais a partir da Data de Emissão, nos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2016 e o último na Data de Vencimento, na data de declaração de um vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido abaixo, ou na data de eventual resgate antecipado decorrente de adesão dos Debenturistas à Oferta de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 abaixo.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado

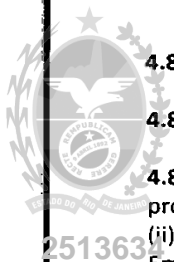
4.7.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e o eventual resgate antecipado decorrente de adesão dos Debenturistas à Oferta de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 abaixo, observada a incidência de Juros Remuneratórios, nos termos das Cláusulas 4.5.1.1 e 4.5.2.1 acima.



11

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Caso a Emissora deixe de efetuar o pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante atualizado devido e não pago (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os demais direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ e no jornal de grande circulação no qual a Emissora realiza suas publicações, sendo certo que, caso ela altere seus jornais de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais.

74

12

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



4.10. Tratamento Tributário

4.10.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.10.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário e pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.10.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.10.2 acima, e que: (i) tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa; (ii) deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável; (iii) tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente; ou (iv) tiver essa condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas na presente Cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.

4.10.3.1. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.10.2 acima e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

4.10.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.5 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, ela será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado não alocado no Projeto, observados nos termos dos §§ 5º, 6º e 7º do artigo 2º, da Lei 12.431.

4.10.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento: (i) as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431; ou (ii) haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento dos requisitos estabelecidos na referida Lei; a Emissora desde já se obriga, em qualquer das hipóteses "i" ou "ii" acima, a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

15

13

JURIDICO
CCR


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7

16

5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

2513636

5.1.1. Em conformidade com o disposto na Lei 12.431 e observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se de outra forma venha a ser regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, somente após decorridos 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2017, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em Circulação. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, observado que, na data de celebração desta Escritura, tal cancelamento não é permitido pela regulamentação em vigor; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.


5.1.2. Para efeitos da presente Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de: (x) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (y) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (z) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

5.2. Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate

5.2.1. As Debêntures não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa e não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo. Para efeitos desta cláusula, entende-se por "amortização extraordinária facultativa" e por "resgate antecipado facultativo" a opção da Emissora de, respectivamente, amortizar antecipadamente ou de resgatar antecipadamente as Debêntures, em qualquer dos casos, a exclusivo critério da Emissora, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

5.2.2. Em conformidade com o disposto na Lei 12.431, salvo se de outra forma venha a ser regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, somente após decorridos 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de julho de 2017, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate"), da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate por meio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.9 acima, a seu exclusivo critério ("Edital de Oferta de Resgate"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate, incluindo: (i) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item (d) abaixo; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (iv) a forma e o prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

14

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513637

- pela adesão à Oferta de Resgate; (v) menção do valor a ser pago aos Debenturistas pelo resgate decorrente da Oferta de Resgate, nos termos do item (e) abaixo; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate;
- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate, após o qual a Emissora terá o prazo de 07 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate, que ocorrerá em uma única data, pelo valor determinado nos termos do item (e) abaixo;
- (c) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido pela Emissora e por ela divulgado no Edital de Oferta de Resgate;
- (d) na hipótese de resgate parcial das Debêntures em virtude de eventual Oferta de Resgate, caso se verifique a adesão por um volume maior do que aquele que houver sido divulgado no Edital de Oferta de Resgate, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 2º, inciso 1º da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá comunicar os Debenturistas sobre o resultado do sorteio com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da efetiva data do resgate decorrente da Oferta de Resgate; e
- (e) o valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto do resgate decorrente da Oferta de Resgate, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento decorrente da Oferta de Resgate; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo, conforme fórmula abaixo, aplicável a cada uma das Debêntures objeto do resgate decorrente da Oferta de Resgate:

$$\text{PUresgate} = \text{PUdebênture} + (\text{Prêmio} * \text{PUdebênture})$$

"PUresgate": Valor Nominal Unitário do resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate;

"PUdebênture": Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures objeto do resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos correspondentes a cada uma das Debêntures objeto do resgate devidos e não pagos até tal data; e

"Prêmio": se existente, percentual (*flat*) a ser divulgado no Edital de Oferta de Resgate.

17

15

JURIDICO
CCR

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.2 abaixo, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, conforme definido abaixo, e/ou, conforme o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e, neste caso, exigir o pagamento das Debêntures pela Emissora, nos termos da Cláusula 5.3.3 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Eventos de Inadimplemento"): 18

- (a) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanado pela Emissora, por período superior a 02 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (d) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 05 (cinco) Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente, contra a Emissora, que condene a Emissora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), no caso da Emissora ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data fixada para pagamento, os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se a Emissora validamente comprovar no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação do protesto, que (i) referido protesto foi indevidamente efetuado,



16

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora prestarem garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;

- (g) a ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que resulte na perda pela CCR S.A. do controle acionário da Emissora, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim, restando desde já autorizadas as hipóteses de transferência entre empresas do mesmo grupo econômico. Entende-se por "controle acionário" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (k) término antecipado do contrato de concessão;
- (l) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos relativos à amortização do Valor Nominal Unitário e/ou Atualização Monetária e/ou Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (m) redução do capital social da Emissora, seja de forma individual ou por reduções agregadas, que represente mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da Emissora) sem que haja prévia anuência da maioria simples dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim; ou
- (n) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seja superior a 4 (quatro) vezes.

5.3.1.1. Para fins do disposto no item (n) acima, entende-se por:

"Dívida": significa a somatória dos valores correspondentes a: (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores;

"Dívida Líquida": significa Dívida menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

17

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513640

20

"EBITDA ajustado": significa para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses; e

"Dívida Líquida/EBITDA ajustado": significa a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado.

O quociente Dívida Líquida/EBITDA ajustado será verificado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis.

5.3.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (d), (h), (i), (k), (l) e (n) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida Assembleia Geral de Debenturistas, por Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

5.3.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar em até 01 (um) Dia Útil, carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis a contar da data de decretação do vencimento antecipado das Debêntures. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula 5.3.3, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.3.4. No caso da decretação do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.3.3 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no CETIP21, para que a realização do pagamento das Debêntures ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento. O prazo estabelecido nesta Cláusula não deve ser entendido como uma prorrogação dos prazos estabelecidos nesta Cláusula 5.3 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

18

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



(i)


21

fornece ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações caso não estejam disponíveis em sua página na Internet e disponibilizar em sua página na Internet:

- (a) dentro do prazo legalmente estabelecido para divulgação de suas demonstrações financeiras: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) declaração assinada por representante legal com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão; e (iii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA;
- (b) informações: (i) sobre a falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, e sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contado da data em que a Emissora tomar conhecimento do fato; (ii) sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura, no prazo de até 01 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento do fato; e (iii) sobre o Evento de Inadimplemento de que trata o item (a) da Cláusula 5.3.1 acima, imediatamente, quando da sua ocorrência. Adicionalmente, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da respectiva solicitação, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Emissora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão; e
- (c) informar ou enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;



19


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513642

- 22
-
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos se necessário e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
 - (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, inclusive por meio de sua controladora, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (viii) manter em vigor uma estrutura de contratos, ainda que similar à existente nesta data, necessária para lhe assegurar a manutenção de suas condições fundamentais de funcionamento;
 - (ix) manter seus bens materiais adequadamente seguros, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
 - (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
 - (xi) contratar e manter contratados, às suas exclusivas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21), bem como arcar com todos os custos decorrentes de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora;



20

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



- 27
- (xii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xiii) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431, bem como atender à todas disposições previstas na Lei 12.431 que sejam aplicáveis à Oferta;
- (xiv) manter, até 05 (cinco) anos após o vencimento das Debêntures, a documentação relativa à utilização dos recursos captados, em cumprimento ao § 5º do artigo 2º da Lei 12.431;
- (xv) proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto nos casos em que contestar de boa-fé o cumprimento de tais normas ou determinações;
- (xvi) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto (i) aqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa ou (ii) cujos eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xvii) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito nesta Escritura;
- (xviii) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referirem a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira; e
- (xix) contratar e manter contratada, às suas expensas, a Moody's América Latina Ltda. ou outra agência de classificação de risco, observado o disposto neste item, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda: (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 01 (um) Dia Útil de quando a Emissora tomar conhecimento, qualquer alteração e/ou o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que em caso de substituição da agência de classificação, por qualquer motivo, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

21

2

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

1ª Emissão de Debêntures da Soares Penido Concessões S.A., que possui as seguintes características:

| | |
|---|--|
| Emissora: | Soares Penido Concessões S.A. |
| Valor da emissão: | R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). |
| Quantidade de debêntures emitidas: | 60 (sessenta) Debêntures. |

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7

| | |
|--------------------------------|--|
| Espécie: | As debêntures são da espécie subordinada e, posteriormente, foram convoladas em espécie com garantia real. |
| Prazo de vencimento: | As debêntures vencerão em 15 de outubro 2018. |
| Garantias: | As debêntures contam com penhor de ações de emissão da CCR S.A. e cessão fiduciária de direitos em garantia, ambas prestadas pela emissora em questão. |
| Eventos de resgate: | Até a presente data, não houve eventos de resgate, sendo este facultado à emissora, nos termos da respectiva escritura de emissão. |
| Eventos de Amortização: | Até a presente data, foram verificados sete eventos de amortização, restando 12,95000% a ser amortizado na data de vencimento. |
| Conversão: | As debêntures não são conversíveis. |
| Repactuação: | As debêntures não serão objeto de repactuação programada. |
| Inadimplemento: | A emissora encontra-se adimplente com suas obrigações. |

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

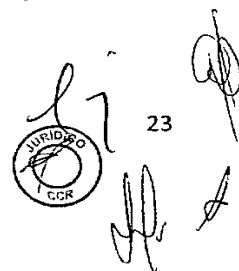
7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

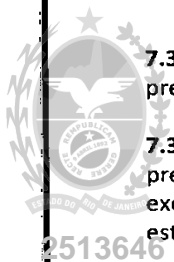
7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

23





7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

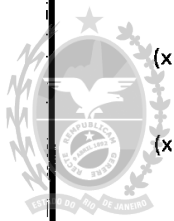
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;



24

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513647

- 27
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, dos os Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;

25

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513648

- (c) na CVM; e
- (d) na sede do Coordenador Líder.

- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e efetuar a cobrança de acordo com o disposto na Cláusula 5.3.1 e seguintes acima;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28. Na hipótese do inciso (iv) acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.



26

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513649

29

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.000,00 (seis mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a sua subscrição, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (a) à assessoria aos Debenturistas; (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (d) à execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após o recebimento, pela Emissora, do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

7.7.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e

27

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data.

7.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.9. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou nesta Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.10. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.11. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas, taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.9. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora

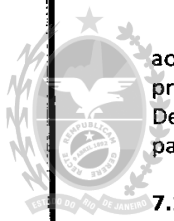
7.10. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos nesta Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados

28

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

2513651
7.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

8.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.



29

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



8.9. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação mais 01 (uma) Debênture em Circulação.

8.10. Fica acordado que: (i) qualquer forma de renúncia ou perdão temporário (*waiver*) à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; e (ii) a alteração ou modificação dos Eventos de Inadimplemento dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. As alterações de quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, prazos, valor e forma das Debêntures, a redução da sua remuneração, criação de evento de repactuação, bem como a amortização e/ou resgate (além do previsto nesta Escritura) dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.12. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

8.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns e termos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

9. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante que nesta data:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm, na Data de Emissão, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures constituem obrigações válidas, vinculantes, e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições e não infringem o estatuto social da Emissora, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos

30

li

JURIDICO

CCR

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513653


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513654

37

dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição das atas da AGE e da RCA, que deliberaram sobre a Emissão, e da Escritura na JUCERJA e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da NTN-B, divulgada pela ANBIMA, e do IPCA, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) a demonstração financeira da Emissora referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representa corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- (xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (xii) está em dia com o pagamento das obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) todas as informações prestadas e fornecidas até a Data de Emissão, pela Emissora aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, para fins da ou em relação à presente Escritura: (i) não contém qualquer informação falsa ou enganosa, neste último caso em qualquer aspecto relevante, ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com tais informações, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas; e (ii) são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;



31

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513655

- (xv) inexistência de qualquer dispositivo legal ou regulatório, conforme decisão judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 pela Emissora;
- (xvi) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria; e
- (xvii) não há ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B – 4º andar Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04.551-062

At.: Sra. Francine Saueia Keterer

Telefone: (11) 3048-6374

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: francine.saueia@grupoccr.com.br / diretoria.financeira@grupoccr.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

04538-132 – São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br / tlima@planner.com.br / fiduciario@planner.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 04309-010

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

32

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
São Paulo, SP
CEP 04538-132
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

2513656

(v) Para a CETIP:
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança do endereço da Emissora, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais partes indicadas na Cláusula 10.1 (neste caso, desde que a Emissora seja informada previamente por tal parte por escrito), deverá ser comunicada às demais partes que não a parte que teve seu endereço alterado.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou ainda, quando for facultado não haver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente "Dia Útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

33



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



2513657

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio Bonito, 23 de julho de 2015.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



34

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

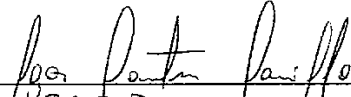
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7

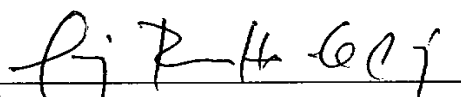





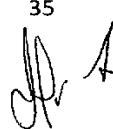
2513658


(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.


Nome: IGOR DE CASTRO CAMILO
Cargo: GERENTE ADM-FIN


Nome: Marcio Roberto de Moraes Silva
Cargo: Diretor Presidente




35



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7



(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

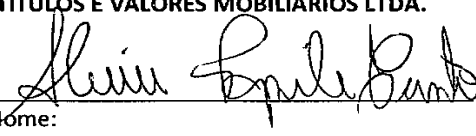
Nome:

Cargo:


Tatiana Lima
Procuradora

Nome:

Cargo:


Aline Cunto
Procuradora



36


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7

39

[Handwritten signature]



(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.)

TESTEMUNHAS:

2513660

1. *Elaine F. D. de Sousa*
Nome: *Elaine F. D. de Sousa*
RG: *36.060.726-3 SSP/SP*

2. *[Handwritten signature]*
Nome: *Luiz Roberto Branco Junior*
RG: *49.333.476-2 SSP/SP*

[Handwritten signature]

37

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
Nire: 33300164316
Protocolo: 0020152542922 - 24/07/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/07/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: F877BC2B1B808B3C8DA852A994B5BA93AEE288DE260B52ADA5228BC92C299102
Arquivamento: ED33000628-000/7